

Câmara Municipal de Porto Alegre

Escola do Legislativo Julieta Battistoli

Curso: As ideias políticas no pensamento contemporâneo

Aula 2- Pierre Rosanvallon: As novas categorias do político



Jorge Barcellos

Porto Alegre, 8 de outubro de 2018

Curso: As ideias políticas no pensamento contemporâneo

Aula 2- Pierre Rosavallon: As novas categorias do político

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

AS ESCOLAS CONTEMPORANEAS DO POLITICO

VIDA E OBRA

A LENTA CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA

1 - Corpos intermediários na Democracia

2 - Instituições de Interesse Geral

3 - Os dilemas da democracia

OS DILEMAS DAS DEMOCRACIA HOJE

1 - O Desencantamento da Democracia

2 - As novas formas de soberania do povo

3. A metamorfose de legitimidade (A democracia no século XXI)

4. O poder executivo nas democracias

QUESTÕES

BIBLIOGRAFIA

TEXTO SELECIONADO

Curso: As ideias políticas no pensamento contemporâneo

Aula 2- Pierre Rosavallon: As novas categorias do político

INTRODUÇÃO

Christian Lynch, na introdução a obra “Por uma história do político”, apresenta o Pierre Rosanvallon como integrante da escola francesa do político cujo centro do trabalho repousa no conceito de democracia. O autor de mais de doze livros teve apenas dois traduzidos no Brasil. O primeiro é *O liberalismo econômico: história da ideia de mercado*, publicado em 2002 pela EDUSC e *A crise do estado providência*, publicado pela UFG em 1997, pouco para um dos pensadores franceses mais estimulantes do campo político desde Pierre Bourdieu. Rosanvallon é professor no Collège de France e suas reflexões abrangem temas que vão desde a democracia como uma ordem política moderna às origens das figuras do Estado, passando por temas tão importantes quanto o sufrágio universal e a emergência do cidadão como figura da democracia. A preocupação de Rosanvallon com o político como objeto de investigação partiu de sua perspectiva histórica e, como Bourdieu, propõe que abordemos a política como uma estrutura na qual as representações e sua realidade material, seus produtos, se cruzam, são justapostas e se relacionam.

Neste Aula, retomaremos a obra de Pierre Rosanvallon a partir dos seus seminários no Collège de France, iniciados em 2001. Nossa metodologia de exposição envolve a tradução e leitura dos Resumos de Cursos, responsáveis ao longo deste ano pelas pesquisas e publicações do autor. Cada Resumo de Curso, ou Seminário, é composto por um tema ou problema em ciência política investigado pelo autor ao longo de um ano. O resumo é, como nos cursos de Michel Foucault, o capítulo que apresenta as principais conclusões do autor ao longo dos estudos que levaram a realização de sua obra. A partir deles reconstruímos o pensamento de Rosanvallon, dando especial atenção a passagem de suas investigações, do campo de pesquisa em história política

para o campo da política propriamente dita, onde os estudos sobre a natureza da democracia e as características do “Bom Governo” ao longo da história são centrais.

RESUMO:

- Pierre Rosanvallon – expoente da Escola Francesa do Político
- 12 Livros publicados: o principal: “O bom governo”
- Contribuição principal: reflexão sobre o conceito de democracia. Também estuda as eleições e os fundamentos da cidadania
- Publicou no Brasil apenas 2 obras: Liberalismo Econômico e Crise do Estado Providência
- Professor do Collège de France
- Resumo da obra: Cursos do Collège de France

AS ESCOLAS CONTEMPORÂNEAS DO POLITICO

Lynch identifica três grandes correntes de pensamento contemporâneo que renovaram os estudos das ideias e dos conceitos sobre o político. A primeira é Escola de Cambridge, representada por autores como Quentin Skinner, John Pocock e John Dunn. Tomando Skinner, para dar um exemplo do pensamento desta corrente, o autor de *As Fundações do Pensamento Político Moderno* é conhecido por ter promovido abordagens da história do pensamento político que identificaram as mitologias presentes na sua construção. Propôs um novo programa para o estudo da disciplina, pois abriu espaço para o estudo das ideias no contexto político. Ricardo Silva, em “História Intelectual e Teoria Política” (Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 17, n. 34, p. 301-318, out. 2009) afirma que “O estudo de crenças, conceitos, discursos, ideologias ou ações linguísticas do passado é o que geralmente está em foco no trabalho de especialistas interessados em salientar a natureza histórica da Teoria Política. ” A preocupação com a linguagem, como faz Skinner, é uma das preocupações de pesquisa dos integrantes da Escola de Cambridge, que tem como objetivo

esclarecer os matizes do discurso político, naquilo que se convencionou chamar de *história intelectual do discurso político*. Essa história intelectual tem como foco o significado semântico, reconstruindo o significado dos textos históricos como manifestação de atos linguísticos intencionais.

O método da análise do discurso político desta escola supera o textualismo: não se trata de ler e reler determinado texto até chegar a compreensão de seu significado, mas reconhecer que o texto é autônomo em relação ao seu contexto, de que possui elementos intemporais, ideias universais, aquilo que Michel Mafessoli denomina de “sabedoria do tempo “. Esta metodologia revela mitologias do texto político: mitologia da doutrina, por considerar textos ocasionais como doutrinas; mitologia da coerência, que pressupõe que seu autor os construiu como sistema coerente e fechado, o que impede de ser suas contradições; mitologia da prolepse, onde se confunde os significados atribuídos por autor e intérprete e mitologia do paroquialismo, onde criamos uma identidade entre o passado e o presente para valorizar nossas atuais crenças.

A segunda é a Escola Alemã do Político “Begriffsgeschicht”, cujo principal representante é Reinhart Koselleck. Em sua obra “Futuro Passado”, o autor reflete sobre duas categorias: “espaço de experiência” e “horizonte de expectativas”, que considera pré-condições do tempo histórico, já que entrelaçam passado e futuro e determinados conteúdos, como o político. Essa separação do espaço da experiência e o horizonte das expectativas marca a política, caracterizada por uma *esperança no futuro*. Diz Silva que, para o historiógrafo alemão, “só se pode conceber a modernidade como um tempo novo a partir do momento em que as expectativas passam a distanciar-se cada vez mais das experiências feitas até então”. A corrente alemã reconhece a politização de conceitos, mas fixa sua análise na reelaboração de seus significados ao longo do tempo. Silva diz que o caso exemplar é o surgimento do conceito de “republicanismo”, que passou a emprestar um sentido de futuro à antiga expressão *res publica*, coisa pública, que passou a incluir em seu significado um conceito de movimento, para realizar o que o progresso prometeu. É, nesse sentido, uma virada linguística na política” “Todo conceito se prende a uma palavra, mas nem toda palavra é um conceito social e político. Conceitos

sociais e políticos contêm uma exigência concreta de generalização, ao mesmo tempo em que são sempre polissêmicos” (Futuro Passado, 2006, p. 108)

A Escola Francesa do Político reúne autores como Raymond Aron, François Furet e Claude Lefort. Para se ter uma ideia dos temas de investigação desta corrente, observemos a obra de Raymond Aron (1905-1983). Em sua obra *Democracia e totalitarismo (1948)*, Aron reabilita Tocqueville para a ciência política e atribui a violência de estado ao desejo de refazer a sociedade a partir do zero sem respeitar limites. A Escola Francesa, ao contrário das anteriores, marcadas pela influência do Estruturalismo e da Linguística, é marcado pelo marxismo, daí o pluralismo de Aron ser seu aspecto mais importante por se contrapor aos regimes de ideologia única. Outro tema essencial à Escola Francesa é o da transformação essencial que é a passagem da unidade à pluralidade: como os políticos representam a vontade comum? Defensor da sociedade aberta, Aron defende a participação de diferentes grupos para caracterizar a democracia “Se o paradigma dominante da democracia é a arte do compromisso e do respeito da legalidade, o princípio dos totalitarismos é tanto a fé como o medo. ”

Outro representante da Escola Francesa do Político, François Furet (1927-1997), recuperar a dimensão da política na Revolução Francesa, mas é Claude Lefort (1924-2010) que influenciou a geração de cientistas políticos formada nos anos 80 ao descrever a emergência do político. Em sua obra *“A Invenção Democrática”*, introduzida no Brasil em plena abertura política, emergem os temas da democracia e direitos humanos, uma ousadia para o período. Lefort introduziu a ideia de “desintrincamento” que opera no fenômeno democrático entre a lei e o poder, quer dizer, o poder passa por uma desincorporação e deixa de se identificar com o governante, passando a ser concebido como um lugar vazio. Não é mais quem ocupa o poder quem define o que é justo ou injusto, ao contrário, é o poder que presta contas ao direito. Sua ênfase estava no significado político de uma sociedade que acolhe os direitos do homem como seu fundamento. Diz Lefort: “se julgamos que há direitos inerentes à natureza humana podemos economizar uma definição daquilo que é próprio do homem?” A Escola Francesa do Político inova pois introduz e aprofunda a ideia de

democracia como regime fundado sobre o debate entre o legítimo o ilegítimo. É neste campo que irá se desenvolver o pensamento de Pierre Rosanvallon.

RESUMO:

As escolas Contemporâneas do político

1. Escola de Cambridge
 - a. Quentin Skinner, John Pocock e John Dunn
 - b. Skinner: obra: As fundações do pensamento político moderno.
 - i. Critica os mitos da construção política
 - ii. Analisa crenças, conceitos e discursos ideológicos
 - iii. Influência da Linguística
2. Escola Alemã do Político
 - a. Reinhard Koselleck: obra: Passado/Futuro
 - i. Espaço de experiência X Horizonte de expectativas
 - ii. Promessa dos políticos: relaciona conteúdo político e a esperança no futuro
 - iii. Influência do Estruturalismo
3. Escola Francesa da Política
 - a. Raymond Aron, François Furet e Claude Lefort
 - i. Aron: obra Democracia e totalitarismo
 - ii. Da unidade à pluralidade como representar a vontade comum
 - iii. Influência do marxismo

VIDA E OBRA:

Pierre Rosanvallon nasceu em 1º de janeiro 1948 em Blois (França). Teve uma trajetória atípica porque antes de iniciar sua carreira universitária nos anos 80, se dedicou a atividades de militância política. Graduado em 1969 pela Faculdade de Economia e Gestão (HEC), Rosanvallon integrou a Confédération Française Démocratique du Travail (CFDT), a primeira organização de massa francesa a reivindicar a autogestão durante os acontecimentos de maio de 1968, contexto no qual as entidades sindicais tentam aliar a luta dos estudantes pela democratização das universidades à luta dos operários pela democratização das fábricas utilizando a discussão sobre o tema da autogestão nas fábricas como fio condutor. Nesse sentido, Filho & Veronese afirmam que em um congresso realizado em 1970 “a CFDT oficializou a autogestão como um dos três pilares

para se constituir uma nova sociedade. ” Na época, Rosanvallon dividiu com Michel Rocard a defesa da autogestão como pauta política nas eleições legislativas francesas de março de 1973.

Trabalhando inicialmente com o marxismo, posteriormente em 1954 se juntou a revista *Socialismo e Barbárie* e direcionou seus estudos no final da década de 1960 para a divulgação das ideias sobre autogestão, principalmente através da fundação da revista *Socialismo e Autogestão* (1966-1986). Um dos principais teóricos da "nova esquerda", Rosanvallon publica nesta época *A Era da Autogestão* (1976) e *Por uma nova cultura política* (1977), tema estudado pelos professores Pompilio Locks Filho (UFRGS) e Marília Veríssimo Veronese (Unisinos) no artigo “Tramas conceituais: uma análise do conceito de autogestão em Rosanvallon, Bourdet e Guillerme” (*POLÍTICA & TRABALHO, Revista de Ciências Sociais*, n. 36 - abril de 2012 - pp.267-290). Ali os autores apontam que o esforço de Rosanvallon era usar a autogestão para construir uma sociedade mais igualitária, resolvendo a contradição os termos autogestão/heterogestão “a autogestão é um condensador de toda a história das ideias, uma vez que conjuga postulados coletivistas típicos do socialismo com princípios individualistas liberais”, dizem os autores.

Quer dizer, é singular na trajetória de Rosanvallon que seus estudos iniciassem não pela análise da democracia, onde ficou mais reconhecido, mas por um tema candente para os movimentos de maio de 68, a autogestão. A geração e Rosanvallon inclui também Cornelius Castoriadis e Ernest Mandel, entre outros autores que assumiram nesta época uma postura em defesa dos coletivos operários. O conceito de autogestão, apontam Filho & Veronese, modificou-se nos anos 90 para reduzir-se ao nível micro, para dentro das empresas. Ali começam a ser colocadas as questões que perseguirão o autor: poderemos dissolver grandes conglomerados para ter empresas mais democráticas? E como se dariam as relações entre empresas autogestionárias e as esferas políticas mais amplas no sentido da construção de uma sociedade plural?

Rosanvallon inicia sua trajetória propondo uma mudança dentro das teorias socialistas. Ao mesmo tempo que criticava o stalinismo/leninismo, por outro, criticava a socialdemocracia, sendo por esta razão criticado por teóricos de

direita e esquerda. Para Filho & Veronese “por meio de certa idealização da inovadora experiência iugoslava, [Rosanvallon] preocupa-se principalmente com as dificuldades de constituição de uma nova sociedade, de suas instituições possíveis e da participação dos agentes dentro destas”. Quer dizer, Rosanvallon discutiu o conceito de autogestão que levou as experiências de economia solidária a partir dos anos 90, de certa forma, embutindo o tema principal de sua investigação, a democracia, no interior de práticas alternativas para as classes socialmente oprimidas e propondo possibilidades de exercício democrático em decisões coletivas.

Com uma carreira que iniciou do encontro da política com o trabalho, Rosanvallon tinha a visão de que a política deve estar a serviço da mudança social e não da precarização da vida dos trabalhadores. Esse posicionamento engajado repete a postura de Pierre Bourdieu, e como o mesmo, que analisou o trabalho na Argélia, Rosanvallon dedica-se a analisar as condições de trabalho no momento da introdução de estratégias de autogestão. Nesse sentido, problematizar a gestão significava questionar a gestão do poder, algo bem distinto do problema da “tomada do poder”, pretendido pela esquerda.

Foi com os teóricos autogestionárias que Rosanvallon aprendeu a defesa da democracia, redefinindo pressupostos da esquerda não tanto a crítica ao capitalismo, mas a crítica ao estatismo e ao burocratismo de Estado. Realiza seus seminários e faz sua pesquisa no contexto de revisão dos preceitos socialistas por ocasião da crise da esquerda, e por essa razão, os assuntos políticos tomam conta de sua agenda de investigação, e com ela, a defesa da democracia, que se torna em suas obras um valor em si mesmo e uma proposta de agenda para uma esquerda moderna e reformista.

Em 1978 Rosanvallon desiste da carreira política para voltar-se para a carreira acadêmica. Ingressa na Universidade de Paris-Dauphine, onde anima o polo sociológico do centro de pesquisa Trabalho e Sociedade, recém instalado por Jacques Delors, economista e político francês. Delors, de 1992 a 1996, presidiu a Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, da UNESCO, quando escreveu o relatório "Educação, um Tesouro a descobrir", em que se exploram os Quatro Pilares da Educação. Rosanvallon foi diretor de pesquisa de 1978 a 1982, período em que conhece Cornelius Castoriadis,

François Furet e Claude Lefort. Nesse período ele escreve *O capitalismo utópico, história da ideia de mercado*, publicado em 1979 e *O Momento Guizot*, publicado em 1985, trabalho que lhe abriu as portas da École des Hautes Etudes en Sciences Sociales (EHESS), onde foi eleito professor em 1983, diretor de estudos em 1989, cargo que ainda ocupa. Assumiu após a direção do Centro de Pesquisa Política Raymond Aron de 1992 a 2005.

São três as linhas do trabalho de Rosanvallon a partir deste período. Primeiro, dedica-se a história do modelo político francês com uma série de obras dedicadas à história do liberalismo na primeira metade do século XIX. Após a publicação de *Momento Guizot*, publica mais dois textos "programáticos". O primeiro, *O Estado na França, de 1789 até os dias atuais* (1990) e o segundo, *O modelo político francês; sociedade civil contra o jacobinismo* (2004). Continua suas pesquisas e publica uma interpretação da evolução das instituições de solidariedade e das teorias da justiça em sua obra *The Crisis of the Welfare State* (1981) e *A Nova questão social*, repensando o estado de bem-estar social (1995).

A parte que realmente interessa a política vem logo a seguir. Desde o início da década de 1990, Rosanvallon dedica-se ao vasto projeto de traçar a história intelectual da democracia na França. Três volumes publicados na coleção "Library of Stories" publicada pela Gallimard publicam os resultados desta pesquisa: *The Rite of the Citizen: História do sufrágio universal na França* (1992), *Le Peuple introuvable: História da Representação Democrática na França* (1998) e *Democracia Inacabada: História da soberania do povo na França* (2000).

Após esses lançamentos, é eleito em 2001 professor do College de France, onde assume como titular da cadeira de história moderna e contemporânea da política. Aprofunda suas pesquisas sobre a história do modelo político francês e começa um trabalho histórico e teórico sobre as mudanças da democracia contemporânea. Publica *Contra Democracia: Política na Era da Desconfiança* (2006), *Legitimidade Democrática: Imparcialidade, Reflexividade, Proximidade* (2008) e *A Sociedade dos Iguais* (2011), os três primeiros componentes deste novo empreendimento. Em 2014 publica "The Parliament of the Invisibles" e sua grande obra, entregue em 2015 é "O bom governo" onde Rosanvallon expande

seu pensamento para além do caso francês e adota uma abordagem comparativa sistemática.

Qual é a originalidade de sua abordagem? Em sua palestra inaugural no Collège de France, sua originalidade foi considerar a história da democracia como a de uma experiência problemática. Defendeu que a política é um campo amplamente aberto por causa das tensões e incertezas que lhe estão subjacentes "Como ela é a fundadora de uma experiência de liberdade, a história da democracia", observou ele, " não é apenas uma experiência frustrada ou uma utopia traída: é a história de um desencanto e de uma indeterminação". Sua ambição de pensar a democracia a partir da história do conceito, o laboratório ativo de nosso presente, delineado em *For a Conceptual History of Politics* (2003).

Rosanvallon vincula seu trabalho acadêmico a preocupação constante pelas urgências do presente. Nesse sentido, é um intelectual engajado, pois além de escrever livros, também continuou a aumentar seu compromisso com a sociedade com as contribuições das ciências sociais desde os anos 80. De 1982 a 1999 participou na Fundação Saint-Simon com um grupo de reflexão que marcou a época com suas publicações e em 2002 lançou o site *The Republic of Ideas* onde organiza regularmente fóruns importantes para os cidadãos. Ele também lançou o site *laviedesidees.fr*, onde disponibiliza uma revisão de análises e informações sobre a produção intelectual na França e no exterior, que tem uma versão em inglês -*Booksandideas.net*. Em janeiro de 2014, ele lançou a iniciativa "Tell Me Life", com a publicação de uma coleção de títulos e um website. Com um trabalho traduzido para 22 idiomas e publicado em 26 países, além de atividades de ensino, Rosanvallon também dá palestras e conferências em universidades de todo o mundo.

RESUMO

- Pierre Rosanvallon nasce em Blois, França, em 1/1/1948
- 1969 – conclui curso de economia e gestão. Integra a Confederação Francesa Democrática do Trabalho
- 1973 – Divide com Michel Roncard a defesa da autogestão operaria e pauta as eleições legislativas daquele ano
- 1976 – Publica A era da Autogestão
- 1977 – Publica Por uma Nova Cultura Política
- 1978 – Inicia a Carreira Acadêmica no Centro de Pesquisa, Trabalho e Sociedade da Universidade de Paris-Dauphine. Diretor de Estudos, onde conhece Jaques Delours, Cornelius Castoriadis, Claude Furet e Claude Lefort.
- 1979 – Publica O capitalismo utópico: história da ideia de mercado
- 1981 – Publica A crise do Welfare State
- 1985 – Publica O momento Guizot. Entra na EHESS e se torna Diretor de Estudos.
- 1990 – Publica O estado na França
- 1992 – 2005 – Diretor do Centro de Pesquisa Política Raymon Aron
- 1992 - Publica História do Sufrágio na França
- 1995 – Publica A nova questão social
- 1998 – Publica O povo invisível
- 2000 – Publica Democracia Inacabada
- 2001 - Professor do College de France
- 2002 – Cria o site Laviedesidees
- 2006 – Publica Contra democracia
- 2008 – Publica Legitimidade democrática
- 2014 – Publica O parlamento dos Invisíveis
- 2015 – Publica O bom Governo

A LENTA CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA

1 - Corpos intermediários na Democracia

O primeiro seminário de Pierre Rosanvallon no Collège de France foi denominado “Corpos intermediários na Democracia”. Realizado entre 2001 e 2003, foi dedicado a análise das condições em que a cultura política da generalidade emergiu após a Restauração e a resistência e crítica ao modelo político e administrativo da Revolução. A cultura política da generalidade era a o princípio que dizia que ao Estado cabia a adoção de princípios para atender aos cidadãos e era originada por três fatores: um imperativo governabilidade, um teste sociológico e uma demanda por liberdade. O problema desta nova forma de organizar o Estado como agente que sabe e organiza tudo o que é necessário ao bem comum é ele não admite esfera de interferência, e por esta razão, produz legislação repressiva que limita a capacidade de auto-organização da sociedade. Segundo Rosanvallon, efeito do jacobinismo herdado da Revolução Francesa, que, se essencial para inspirar imagens revolucionárias, sofreu um processo de aculturação onde incorporou valores próprios do liberalismo terminando por rejeitar a ideia de livre associação.

Rosanvallon lembra que Guizot nos *Arquivos Filosóficos, Políticos e literários* em 1818 descreve o sentimento dos cidadãos frente ao absolutismo, o medo a concentração do poder real, que os impele a procurarem outras autoridades para se sentirem seguras, razão pela qual “os tribunais se tornaram corpos políticos”, diz Guizot. Para Rosanvallon, os *corpos intermediários* são as estruturas políticas da era pré-democrática que oferecem segurança para enfrentar o poder de estado: com eles, Rosanvallon busca o nascimento do princípio do respeito pelos direitos de todos, discussão pública essencial à época “Existem todas as garantias para o cidadão: votação fiscal, eleições, liberdade de imprensa, independência do Tribunais, petições [que] formam ou devem formar um sistema de defesa completo para os direitos civis”, diz. Mas isso tudo não é suficiente, pois Rosanvallon vê nas discussões dos filósofos das Luzes sobre a

François Pierre Guillaume Guizot (1787 - 1874) foi um político e historiografo francês, liberal-conservador. Ocupou o cargo de primeiro-ministro da França, entre 19 de setembro de 1847 a 23 de fevereiro de 1848.

Foi ministro da Instrução Pública e determinou, em 1834, na Faculdade de Direito de Paris, a instalação da primeira cátedra de Direito Constitucional.

passagem da constituição da comuna ao estado algo mais importante, a defesa da liberdade: “Liberdade civil, a garantia de pessoas e propriedades, a administração da justiça, a base e o modo de tributação, encontram sua regra na constituição do estado e não mais na constituição da comuna”, diz.

O programa do curso de História Moderna e Contemporânea da Política trata de encontrar os efeitos da Revolução Francesa e da criação da Carta de Direitos na fundação da defesa das liberdades públicas, já que “tudo o que pode dificultar a ação deste mecanismo é uma causa de desordem”. Neste novo estado que surge sob o Iluminismo “proteger é, portanto, ser centralizador”. Rosanvallon assinala que para compreender essa revolução do direito, é preciso lembrar que na Idade Média, as tudo vinha do local e isto precedia a liberdade política; a modernidade inverteu essa relação, agora os princípios são gerais e gradualmente descem ao particular. Rosanvallon defende que essa concepção de liberdade está ligada a uma visão de democracia polarizada que considera que instituições e governos centrais “expressam” toda soberania, que o resultado das eleições expressa as palavras de todo um povo. O sufrágio universal provocava medo, afinal, qual seria o resultado da intervenção das pessoas na política? Para responder a esta questão, Rosanvallon vai aos filósofos da liberdade para mostrar as características da cultura política da generalidade que emerge com a Revolução Francesa e descreve a concepção unitária da nação, a polarização entre o privado e o público e o papel proeminente da lei. Ele constata que o novo “liberalismo jacobino” cumpre o papel de dar a liga entre filosofia do poder e filosofia da liberdade a partir da leitura de autores como Benjamin Constant e Tocqueville.

Rosanvallon assinala mudanças importantes na França no período 1880-1900, período em que são adotadas as leis de 1884 sobre sindicatos e de 1901 sobre associações, fazendo retornar a questão dos organismos intermediários. De fato, assinala Rosanvallon, desde 1848 conservadores e liberais concordam que uma sociedade de indivíduos leva a uma demanda crescente por Estado. “Na ausência de associações e organismos intermediários, o Estado é então solicitado em todas as frentes”, lembra Rosanvallon. Mas na época das Revoluções de 1848, as reivindicações do direito ao trabalho estão na ordem do dia e precipitaram o problema da disputa do privilégio do estado. O grande

debate que está ocorrendo sobre o assunto atesta a mudança. Tocqueville reflete sobre este ponto que propõe a renúncia a si mesmo para ver o estado desempenhar um papel maior “Os homens à direita aprenderam uma lição fundamental deste episódio: para evitar que o socialismo se rompa, é necessário entender em termos o problema dos órgãos de associação e intermediários”. Rosanvallon lembra um economista da época, Cherbuliez, que traduz esse ponto da seguinte forma: só é possível neutralizar ideias socialistas pela introdução de ideias semelhantes de associação que entidades intermediárias realizam. Está em discussão, portanto, encontrar o lugar do Estado, base para o nascimento do estado de bem-estar social forjado em 1860 “Antes de podermos impedir que o mundo do trabalho deslize na direção comunismo ou socialismo, a associação é, portanto, uma alternativa o advento de um guardião do estado do social”.

Mas isto não é tranquilo. Rosanvallon diz que desde a década de 1830, a obsessão com a ordem levou à repressão sociedades de trabalhadores consideradas ameaçadoras “Esse movimento recua em meados da década de 1860, quando foi introduzido o primeiro avanço decisivo com a supressão do antigo crime de coalizão” diz Rosanvallon. É a lei de 29 de maio de 1864 que abre caminho para que as legislações das associações profissionais possam agir por cálculo político, tentativa do império francês em se reconciliar com o mundo do trabalho e dissolver a oposição republicana. Napoleão III promoveu então a multiplicação de sociedades beneficentes fraternas e ajuda a fundação dos primeiros fundos de pensão dos trabalhadores.

Rosanvallon diz que, entretanto, as organizações de trabalhadores eram apenas toleradas até 1884 - a expectativa era a da institucionalização do sindicalismo. Nesta época o sindicalismo era um princípio de ordem, mas Rosanvallon assinala que há uma transformação subterrânea, a forma sindical apenas fingia ser um instrumento de luta enquanto que na verdade, funcionava como instrumento de regulação e controle social. Rosanvallon afirma que a sociologia ajudou a mudar o horizonte de entendimento da questão social na França com novas ideias-força, novas representações intelectuais das lutas de trabalhadores “O direito de associação será concebido de forma limitada, organizando a liberdade sem realmente reconhecer a função social da instituição resultante. ” Rosanvallon defende que por essa razão, a democracia nasce

polarizada na França, existe o pluralismo social da sociedade civil autônoma ao mesmo tempo que o Estado se diz defensor do interesse geral. Estas reflexões estão na base do livro de Rosanvallon *O Modelo político francês. Democracia e organismos intermediários de 1789 a hoje em dia*. O foco estava na importância das associações, congregações, instituições de representação de interesses organizados, sindicalismo, câmaras de comércio, permanentemente questionando o papel do Estado e constituindo espaços de resistência dos trabalhadores”.

RESUMO

- Estudo das condições de emergência da democracia na Revolução Francesa: o nascimento da cultura política da generalidade, a adoção de princípios gerais (do Estado) para os cidadãos locais
- Corpos intermediários: estruturas políticas da era pre-democrática que amenizam a concentração da autoridade
- Nasce o princípio de respeito pelo direito de todos, reação dos cidadãos frente a concentração do poder
- Como a constituição do Estado superou a organização comunal? Através da cultura política da generalidade baseada em a) concepção unitária de nação; b) polarização entre o público e o privado; c) o papel proeminente da lei.
- Legislação sobre sindicatos e associações: considerados uma ameaça ao Estado
- O problema da instituição de um estado para atender as requisições de todos frente a emergência de corpos intermediários na sociedade que encaminham reivindicações.
- Conflito sociedade civil autônoma e o interesse geral

2 - Instituições de Interesse Geral

Rosanvallon dedica o quinto seminário da École de France para analisar o problema do ideal de unanimidade nas democracias contemporâneas. O que é o interesse geral? O que é o interesse comum? Como se efetua aquilo que se conhece como “princípio de maioria”? Para isso Rosanvallon investiga os rituais de unanimidade no mundo antigo para recordar as condições técnicas de

introdução do princípio da maioria, especialmente no mundo cristão medieval. Ele constata que ao longo do tempo, a noção de maioria era puramente instrumental, isto é, separada de qualquer concepção estruturada da noção de minoria. Rosanvallon questiona o que mudou nesta ideia nas democracias modernas, pois vê emergir a concepção aritmética de vontade geral “o ideal de uma comunidade unida como um único sujeito político legítimo continua a fundamentar o novo mundo governado pelo sufrágio universal”, diz Rosanvallon, mas esta concepção oculta que se trata da visão de um mundo justo e bem ordenado em que os homens reconhecem seu lugar.

Rosanvallon cita o caso de municípios americanos da Nova Inglaterra governados por um ethos igualitário e decisões reguladas por assembleias de habitantes. Mas no mundo do sufrágio universal há um problema “o desejo de unanimidade é de fato essencial e as assembleias são muito mais concebidas como meio de consolidar o grupo do que como lugares onde as diferenças são expostas e decididas. A legalidade de uma decisão que obteve apenas a maioria dos votos é, na verdade, considerada insuficiente. A legitimidade "real", aos olhos de todos, só pode derivar da unanimidade. Os conflitos são, assim, percebidos como ilegítimos, impondo perturbações artificiais e indesejáveis à ordem comum. Se uma eleição opõe indivíduos ou grupos, pensa-se que a comunidade está em grave crise“. Quer dizer, a vontade geral antiga era real, isto é, produto de uma unanimidade. Pensar que uma eleição possa expressar a vontade geral é um equívoco, ela só prova que uma comunidade está dividida, e, portanto, não tem legitimidade.

Para Rosanvallon, nesta época o consenso é o único estado social normal e desejável e se houver divisões, devemos nos apressar em tratá-las para superá-las “Quando conflitos sérios se manifestam e persistem, ninguém pensa em ficar satisfeito em resolvê-los, dando vantagem à maioria. A única saída viável é a da secessão” diz. Rosanvallon examina o caso francês em 1789, quando os direitos do indivíduo-cidadão foram solenemente consagrados “O princípio agora é contar as cabeças e não pesar mais as razões. O imperativo igualitário - um homem, uma voz - na verdade impõe uma apreensão aritmética da democracia, rompendo assim com visões anteriores da sociedade-corpo”. Essa conclusão é essencial no pensamento de Rosanvallon, o espírito da

Revolução Francesa de realizar o novo ideal de igualdade e fraternidade coroa o indivíduo e exalta a unidade social, onde o "desejo geral que os revolucionários aspiram forjar deve, até esse ponto, se manifestar "de maneira terrível, espontânea e unânime", quer dizer, unanimidade e imediação são percebidas como as duas qualidades democráticas essenciais nesta época. Para demonstrar isso, Rosanvallon explora no pensamento político do iluminismo as nuances que o levam a reforçar e radicalizar a exigência de unanimidade, quer dizer, o poder só precede da vontade se cada um se unir com o outro, definição da ideia de representação tal como era percebida em 1848, quando o sufrágio universal foi proclamado "o advento do sufrágio universal foi experimentado pela primeira vez como um meio de expressar a harmonia nacional", diz Rosanvallon. A democracia ressurgiu assim como síntese de velhos ideais de expressão unânime da comunidade – o autor lembra que o termo "maioria" ainda não está realmente no vocabulário da época "não há artigo sobre "maioria" nem na Enciclopédia de Diderot e Alembert, nem na Enciclopédia Metódica de Demeunier" diz. Segundo Rosanvallon, o termo maioria apareceu timidamente no vocabulário parlamentar britânico de meados do século XIX quando as minorias não são definidas como posições políticas, mas como momentos históricos que acompanham o movimento da civilização.

Rosanvallon aponta as eleições municipais começam a ser organizadas com amplo direito de voto e nelas emergem as rivalidades políticas expressas pela pluralidade de candidaturas, o que significa, que para o cidadão comum, já nascem em quase em toda parte como fortemente condenadas. O que surpreende, segundo o autor, é julgar-se os confrontos eleitorais negativamente como "intrigas", "manobras duvidosas" "a ideia de que a existência de projetos concorrentes faz parte da vitalidade democrática não é aceita. Uma boa eleição, pensa-se, deve mostrar a unidade dos habitantes". Isso explica para Rosanvallon a razão de que muitos conselhos municipais são eleitos com quase todos os votos em 1848. Para o autor, esse comportamento desapareceu com a introdução dos partidos políticos no início do século XX. A política "boa" deve levar a remover os confrontos, é aí que está o germe do pensamento de direita, a da falácia da ideia de luta de classes, de que "toda a pessoa honesta poderia estar juntas": ora, a esquerda defende a ideia de que a sociedade estaria unida

se acabasse com o aperto de um punhado de privilegiados. Para Rosanvallon, o voto corresponde à encenação de um contrato social inaugural, impondo-se como uma espécie de sacramento da unidade social, cultura política de unanimidade que as patologias totalitárias expressaram o lado sombrio. A ideia de que uma "boa política" deveria estar acima dos partidos, sem discutir o que é esse tal "governo das maiorias", é sempre o horizonte da unanimidade que dá legitimidade à uma determinada plenitude, mas não podemos esquecer que quando isso acontece, estabelece-se também um fosso que é produto da brutalidade da aritmética que se quer democrática, mas que de fato, a referência a uma sociedade apreendida como um todo de vontade quando não o é.

RESUMO

- Rosanvallon analisa o conceito de interesse comum
- Recupera o nascimento do princípio da maioria
- Constata ao longo do tempo a adoção de uma concepção aritmética de vontade geral através do sufrágio universal que oculta uma visão de um mundo justo e bem ordenado em que os homens reconhecem seu lugar
- Vantagens do pensamento antigo: não basta obter a maioria: é preciso expor as diferenças e convencer. Conflitos são ilegítimos "se uma eleição opõe indivíduos ou grupos, pensa-se que a comunidade está em grave crise.
- Não há maioria no universo vocabular do século XIX
- Uma boa eleição mostra unanimidade dos habitantes, não a maioria
- Política boa: aquela que remove confrontos
- Confronto entre a posição liberal x de esquerda: uma sociedade sem classes x uma sociedade sem exploração
- O voto é a encenação de um contrato social que sacramenta uma unidade social.

3 - Os dilemas da democracia

Rosanvallon ministrou seu terceiro seminário "Os dilemas da democracia" no Instituto de Tecnologia de Massachusetts (Cambridge, EUA) de 2004 a 2005. Ali

propôs uma interpretação histórica comparativa das tensões da democracia na França e nos Estados Unidos. Abordou o papel dos representantes eleitos e o que se acreditava comporem suas qualidades essenciais, os procedimentos para representar a diversidade social, as definições "civis" e "políticas" da democracia e a distinção entre democracia "imediata" e "democracia direta".

Rosanvallon parte da questão da concepção do papel dos representantes e da determinação de suas qualidades essenciais pois estabelecem a tensão entre um princípio de similaridade e um princípio de diferença. O primeiro de similaridade diz que os representantes eleitos são "pessoas como nós". O princípio da diferença diz que os representantes possuem qualidades específicas, seu capital de relacionamentos e um "saber fazer" específico. Semelhança e diferença são qualidades desejadas num representante, mas também são princípios em tensão: eles envolvem lealdade e proximidade versus a capacidade e modéstia ou visibilidade. Rosanvallon diz que a eleição passa a ser definida como o processo de seleção e de distinção de eminência. Escolhemos alguém como nós, mas também diferente de nós. Rosanvallon ministra o curso nos Estados Unidos porque lá "a tensão entre esses dois princípios estava no centro do grande debate intelectual que resultou da ratificação nos Estados da Constituição elaborada na Filadélfia em 1787".

De um lado, federalistas para quem o governo devia ser aristocrático, defendendo, portanto, o princípio de diferença, e de outro, anti-federalistas, defendendo uma visão de representação compreendida em termos sociológicos que evocam o ideal de povo único e nação. A solução foi definir, para os homens de 1789, a elite como elite pura e capaz de mobilizar o mérito e confiança "Os homens distinguidos pela eleição constituem, nessa medida, uma elite de um novo tipo. Este último não forma uma casta ou uma classe, mas um agrupamento completamente móvel e sempre variável. O governo representativo baseia-se assim em um tipo de eminência que não é da ordem de superioridade. Ele institui uma distinção que é exatamente o oposto do privilégio", diz Rosanvallon. É que para o autor, a característica essência da política revolucionária era a proibição estrita de candidaturas, quer dizer, ser um candidato era uma pretensão insuportável, significava acreditar que era superior aos outros. Nasce aí a ideia de que é preciso ser indicado por um...partido. Rosanvallon faz a reconstrução

dos procedimentos adequados para uma representação fiel da diversidade social, que só se desenvolve no contexto de uma compreensão sociológica do processo representativo.

Essa concepção sociológica do processo representativo na história francesa remonta a constituição da classe trabalhadora, que fará surgir, em 1848, a reivindicação de representação de trabalhadores: nascem os partidos de classe, ao contrário dos Estados Unidos, onde a noção de minoria que será central. Analisando as eleições americanas, Rosanvallon vê o conceito de voto diluído nos julgamentos da Suprema Corte relacionados as eleições que levaram a eliminação de representantes de minorias “A diluição de um bloco de votos negros em vários distritos brancos foi, assim, condenada pelo Tribunal como equivalente a uma forma de privação do direito de voto (“privação de direitos”). O argumento básico era que o princípio “um homem, uma voz” deveria ser traduzido pela existência de uma capacidade igual para obter um resultado. Rosanvallon faz então uma longa digressão para mostrar que nos EUA de 1982 o direito a um voto significativo significa que “uma minoria deve ser protegida contra situações de diluição de sua expressão eleitoral: “densidade geográfica”, “coesão política”, “sentimento de formar uma comunidade natural”, diz Rosanvallon.

Da história política, Rosanvallon aos poucos se aproxima do tema da democracia. Estuda sua origem no pensamento americano onde é vista como lugar que provoca horror como uma doença, regime de excesso e imprudência como descreve Hamilton, ou é vista como anarquia e desânimo como descreve Adams. Somente mais tarde, em meados do século XIX, nos Estados Unidos, haverá a recuperação do uso da palavra democracia, que passa a ser vista como “a forma de poder que deve corresponder ao interesse das massas populares” e se torna uma referência a uma sociedade governada pelos valores da liberdade e da igualdade, quer dizer, não significa um regime do povo, mas uma forma de sociedade

Alexander Hamilton (1755 –1804) teve influência no desenvolvimento das bases do capitalismo americano.

John Adams (1735-1826) foi advogado e estadista americano, segundo presidente dos Estados Unidos e considerado Pai da Nação estadunidense.

“Tocqueville descreverá em 1835 sua principal característica como a igualdade de condições”, diz Rosanvallon.

A aceitação da democracia por todos os americanos tem lugar na década de 1840 durante as eleições presidenciais daquele ano onde os candidatos se apresentam ou como do povo ou da elite, mas, mesmo assim “ de repente, todos os campos celebram a democracia: o argumento tornou-se um dado compartilhado”, diz Rosanvallon. O autor explica que na década de 1840, o termo democracia deixou de ser simplesmente identificado com um regime ou uma forma de sociedade e acabou por designar uma espécie de ideal, um valor moral e assimilado ao fundo messiânico da cultura americana “A democracia se torna o nome do bem terreno, do qual a América é o campo mais avançado de experimentação”. Não é à toa: os Peregrinos, também chamados de fundadores, falavam do governo como “experimento sagrado” e um escritor, Herman Melville celebrava “a infinita dignidade democrática que irradia do próprio Deus”.

Rosanvallon assinala que é diferente o nascimento da palavra democracia na França. A palavra dificilmente aparece no período revolucionário, ela é só citada na descrição do regime grego e curiosamente, a soberania do povo não é associada ao termo democracia e sequer aparece nos teóricos do sufrágio. Rosanvallon lembra que autores como Royer-Collard e De Serre falam cinicamente de uma “democracia que administra todos os bancos” na França, espécie de ruptura entre a ordem política e a ordem social “A democracia está na ordem social”, observa Remusat. A mudança semântica só acontece no início da década de 1830 com Tocqueville, ao tornar a igualdade de condições o grande motor da revolução da sociedade moderna, como faz no primeiro volume de sua *Democracia na América*. Rosanvallon se espanta com o fato de que o termo democracia não aparece nos principais textos dos publicistas de extrema esquerda da época “Nos diferentes manifestos, os homens da extrema esquerda falam da soberania do povo ou da república para expressar suas aspirações”. Quer dizer, os homens aspiram a República primeiro, depois o Socialismo “O advento do sufrágio universal, em 1848, mudará a linguagem política ao realizar a mudança da palavra democracia. Da periferia, a referência

Charles -François-Marie, conde de Remusat nascido em Paris em 13 de março de 1797 e morreu em Paris em 6 de junho de 1875 (aos 78 anos) é um político e filósofo francês.

à democracia tornar-se-á rapidamente essencial, designando indissociavelmente um regime e uma forma de sociedade”, diz Rosanvallon. Para o autor, a democracia designará, daqui em diante, um ideal tão impreciso quanto ousado que a sociedade moderna deve se esforçar para alcançar, a crença comum, na igualdade e num mundo unido.

RESUMO

- Seu primeiro seminário fora da França (Cambridge, EUA)
- Compara origens da democracia nos EUA e na França
- Estuda o papel dos representantes, a determinação de suas qualidades, os procedimentos para representar a diversidade social, a distinção entre democracia direta e imediata
- Princípio de similaridade x princípio de diferença: ou os eleitos “são pessoas como nós” ou os eleitos são “pessoas com qualidades especiais”
- Eleição é um processo de seleção e distinção
- Concepção revolucionária: ser candidato era uma pretensão insuportável, a de acreditar-se superior aos outros
- “EUA: uma minoria deve ser protegida contra situações de diluição de sua expressão eleitoral”
- EUA: A democracia deixa de ser vista como um regime negativo para seu contrário: não significa um regime do povo, mas uma forma de sociedade, a sociedade governada pelos valores da liberdade e igualdade
- França: A democracia também é vista como negativo e somente 1848 designa um regime e uma forma de sociedade que acredita no comum, na igualdade e num mundo unido.

OS DILEMAS DAS DEMOCRACIA HOJE

Rosanvallon, junto com Marcel Gauchet, são os mais eminentes representantes da Escola francesa do político na atualidade. René Remond, em Por uma história do político (Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1996), aponta que a história política – a do Estado, do poder e das disputas por sua conquista ou

conservação, das instituições que ele se concentrava, das revoluções que o transformavam – tinha prestígio por basear-se em fontes regularmente constituídas, estabelecidas pelo Estado através de textos escritos, e por outro, encarnavam o “brilho” que emanava do Estado, instituição sagrada de nossas sociedades. Isso era particularmente verdade quando olhamos o seu papel no Antigo Regime, e a história política, a disciplina que valoriza a glória do soberano ou monarca.

A posição da história política sempre foi relacionada com o Estado e a nação, investigando os temas da formação dos Estados Nacionais, as lutas por unidade ou emancipação e as revoluções políticas. O tema do advento da democracia é a recente na história política: Remond assinala que a história política tradicional foi objeto de intensa crítica pela nova geração –entre eles Rosanvallon – que buscavam romper com os ditames de uma história factual, que ficava na superfície das coisas e esquecia de buscar suas causas profundas. Assim, a crítica dos novos historiadores era contra a história política narrativa “escrava do relato linear” (Remond, p. 17) porque era fixada em “personagens de prestígio” (idem).

A história social, das mentalidades e o marxismo foram responsáveis pelo recuo da história política tradicional e pela ascensão de um novo modo de fazer história política. Diz Lynch: “Depois da primeira grande guerra, o advento das massas ocasionado pela democratização, condenou o caráter aristocrático dessa história como anedótica e individualista, embebida numa ideologia que camuflava a realidade ou encobria o papel do inconsciente” (p.17).

RESUMO

- Para Rosanvallon, a democracia é um problema em construção
- Rosanvallon pertencem a Escola Francesa do Político, junto Marcel Gauchet
- Temas da história política tradicional: Estado, nação e instituições. O problema é o da formação dos estados nacionais. As fontes são os acervos estabelecidos pelo Estado.
- Temas da nova história política: a democracia. Influência da história das mentalidades e do marxismo. Reação a história política narrativa centrada em grandes personagens.

1. O Desencantamento da Democracia:

O resumo do curso de Rosanvallon de 2001 inicia com a citação de uma carta de Balzac datada de 1931 "Nosso tempo vê o nascimento de uma escola de desencantamento". Rosanvallon observa que o termo "desencanto" é comum na literatura de Chateaubriand, Delille, Novalis ou Shelley, mas no caso francês, é também associado ao "esfriamento da política", ao fracasso do liberalismo prudencial de Benjamin Constant e Madame de Stael, do liberalismo industrial de Charles Dunoyer ou Saint Simon, do liberalismo econômico de Théremin ou Jean-Baptiste Say e do liberalismo racionalista ou positivista de Auguste Comte "O liberalismo, na verdade, não sabia evocar o espectro ameaçador de uma "política heróica" (da qual o Terror foi o emblema e o desfecho fatal), só celebrava de uma maneira ou de outra as virtudes do mundo burguês da utilidade. Assim o mundo rapidamente é considerado insuportável pelas formas de anemia ou retração que a caracterizam", diz Rosanvallon.

O desencanto era visto como efeito da nova sociedade capitalista e a solução da Revolução Francesa criava ao mesmo tempo um novo problema. Rosanvallon cita o escritor alemão Henrich Heine "Aqui em Paris, reina a maior calma, uma paz de cansaço, sonolência e bocejo de tédio. Tudo é silencioso como em uma noite envolto em neve, nada além de um pouco de barulho misterioso e monótono, como gotas caindo, são os aluguéis de capital, caindo constantemente, gota a gota, nos cofres dos capitalistas e quase transbordando". Rosanvallon recupera o pensamento de Tocqueville, para quem

"O esquecimento das opiniões políticas foi completo, mas confundiu-se com um descuido crescente de qualquer interesse público. " Rosanvallon aponta o *declínio de paixões políticas como o problema político do período*, quer dizer, o desencanto é o sentimento de uma perda política, o mundo político se apequenou, a política perdeu a grandeza. Rosanvallon recupera o pensamento de autores do período para demonstrar esta tese: Victor Hugo lhe dará uma formulação famosa em uma sublime passagem de *Les Misérables* quando o escritor se opõe às grandes guerras do passado e às miseráveis guerras do presente "uma guerra decrescente onde se pode ler Bank of França nas dobras da bandeira", recupera Rosanvallon.

O autor se concentra na tipologia do mundo liberal burguês e cita uma passagem de Stendhal e Théophile Gautier publicado em 1825 em um pequeno panfleto intitulado *Uma Nova Conspiração contra os industriais*, denúncia cheia de desprezo pelo pensamento utilitarista onde se lê "Esses fabricantes são pessoas corajosas e honestas que eu honro, mas estou procurando em vão o admirável em sua conduta ", diz ele. É a oposição do mundo de utilidade vivido pelos industriais ao mundo do heroísmo vivido pelos revolucionários: falta ao mundo burguês o sublime, o anti-industrialismo, que é uma crítica geral do mundo burguês como o mundo do anti-heroísmo, anti-sublime", diz Rosanvallon. Esse mundo plano de repetição e reprodução, opostos a artistas e ideais de singularidade e originalidade, é recuperada na crítica do mundo burguês pelos escritores do século XIX. Rosanvallon recupera a passagem de um texto de 1818 intitulado "Interesses morais e lição de casa", onde lê-se "O ministério, escreve ele, infelizmente inventou uma nova moralidade, a moralidade dos interesses e a lição de casa foi abandonada aos tolos. Mas esses interesses morais que nos querem fazer entender como a base do nosso governo têm mais corrompido as pessoas no espaço de três anos como a Revolução inteira em um quarto de século". Por esta razão, lembra Rosanvallon, a época do terror revolucionário é ambígua: "há uma condenação política do terror, mas uma espécie de fascínio por ele, como um momento que exaltou uma virtude talvez um pouco louca e mortal, mas que, ao mesmo tempo, mostrou a sua verdadeira energia. Esses tempos terríveis também eram de grandes devotos", resume Rosanvallon. Nesta época surgem também os críticos da ordem econômica, aqueles que para

resolver os problemas da ordem social apoiam-se em números, mas, frisa Rosanvallon “os números só produzem números”. E completa, citando um autor de época: “Com números você não iria levantar quaisquer monumentos, você baniria as artes e letras como superficialidades caras, você nunca perguntaria se um negócio é justo e honrado”.

A crítica recuperada por Rosanvallon é a feita contra a sociedade liberal burguesa como uma sociedade que mina a estabilidade social que é “moralmente uma sociedade de repetição, uma sociedade de tédio”. E continua: “os primeiros críticos do mundo capitalista não são, portanto, encontrados em Marx, mas nesses autores tradicionais: cita o trabalho de Alban de Villeneuve-Bargemont com *A economia e política cristã* (1834) e os volumes de Maurice Rubichon, o primeiro a criticar a industrialização e a manufatura em sua obra *Aulas Inglesas* (1816-1819). Cita também Rosanvallon a obra de Joseph Droz, publicada em 1829 e intitulada *Economia Política ou Princípio da Ciência* cuja conclusão é “O abuso que pode ser feito pela economia política”, obras que para Rosanvallon descrevem o mundo burguês como uma ciência de commodities que se opõe a moralidade.

A última forma da crítica a nova organização econômica e de estado é definida por Rosanvallon em textos publicados em 1808, *Reflexões sobre o estado da Igreja na França onde é denunciada que o delírio econômico “consome a moral dos povos”*. Na linha de Mauss, este é o tipo de crítica mística onde a sociedade burguesa é acusada de ter erodido o sagrado e ao mesmo tempo ter eliminado o sacrifício. Ela é representada pelo trabalho de Joseph Maistre para quem o fato essencial é a defesa do sacrifício, a dimensão mais sagrada da humanidade. É uma combinação de literatura e filosofia que nasce para caracterizar uma estigmatização do declínio da pompa da realeza na denúncia de que o mundo burguês e a democracia estão de mãos dadas: a nova palavra inventada por Madame de Stael é “vulgaridade”. Rosanvallon identifica figuras do contra universo do mundo burguês que nascem na literatura do período: o guerreiro, o poeta e o insurgente. O guerreiro encarnado por Napoleão, que conquista impérios; o poeta como o mágico romântico, aquele cuja imaginação amplia o mundo e aumenta a possibilidade de transformar este mundo, como em Baudelaire; o insurgente, o único no movimento de sua revolta,

de sua rebelião, são todas figuras que oferecem uma alternativa à estreiteza do mundo burguês, propõem uma alternativa à decomposição social, individualização e empobrecimento do mundo, diz Rosanvallon. O guerreiro, poeta e insurgente abolem a fronteira do privado e do público; fundem o indivíduo e o coletivo.

RESUMO:

- Rosanvallon credita o descrédito da política ao desencanto promovido pelo desenvolvimento do capitalismo
- O sentimento de desencanto migra da literatura para a política: é a perda da paixão política
- Qual perda? De que na Revolução Francesa foi o último momento em que a política foi vivida como mundo heroico, lugar de emoção
- Duplicidade do terror: fascínio e medo por constitui-se o êxtase da paixão política
- Autores anteriores à Marx já faziam a crítica da ordem política burguesa
- Personagens que encarnam o ethos revolucionário no século XIX: o guerreiro, o poeta e o insurgente.

2.As novas formas de soberania do povo

Durante o ano de 2005/2006, Rosanvallon desenvolveu seu quarto seminário “As novas formas de soberania do povo”, desdobramento do seminário anterior. Para ele, a história das democracias é uma história de tensão e contestação constantes entre aqueles que tem poder e cidadãos. Rosanvallon lembra que a teoria dos governos democráticos representativos é baseada na legitimidade e confiança do processo eleitoral e que desde tem sido questionada “Legitimidade é entendida aqui como é uma qualidade legal, estritamente procedimental; é perfeitamente e absolutamente produzida pela eleição. A confiança é muito mais complexa. Constitui uma espécie de "instituição invisível", para usar uma famosa frase do economista de Arrow, cumprindo pelo menos

três funções. Em primeiro lugar, amplia a qualidade da legitimidade, acrescentando ao seu caráter estritamente processual uma dimensão moral (integridade no sentido amplo) e uma dimensão substancial (preocupação pelo bem comum). A confiança também desempenha um papel temporal: permite pressupor o caráter contínuo no tempo dessa legitimidade mais ampla. “

Rosanvallon preocupa-se com as formas de proteção institucional que a democracia oferece e considera que a dissociação entre legitimidade e confiança é um problema. Reconhece que há um momento curto no qual as duas qualidades após a eleição se confundem, mas que o aumento da frequência das urnas, os novos mecanismos de democracia direta, o novo emaranhamento de práticas cidadã e todos os contra poderes sociais informais e novas instituições criadas terminam por levar a erosão de confiança substituída por organizações baseadas na desconfiança.

Para o autor de *Contra Democracia*, duas dimensões são fundamentais na experiência democrática: o seu modo de funcionamento e como enfrenta os problemas das instituições eleitorais-representativas, por um lado, e a constituição desse universo de desconfiança, por outro lado. Rosanvallon aponta que a primeira dimensão pouco chamou a atenção dos estudiosos e que ele, ao contrário, propôs uma apreensão sistemática “desenvolvendo uma análise fundamentada das tensões estruturantes em ação nas instituições de cidadania, representação e soberania. ” A segunda dimensão é mais estudada, diz Rosanvallon, a desconfiança já foi objeto de numerosos estudos que recuperam a “história da resistência e das reações à influência do poder, a sociologia das formas de desafeição cívica ou rejeição do sistema político, e assim por diante. ” Seu olhar acrescenta um novo modo de ver a desconfiança, Rosanvallon quer apreender as suas manifestações dentro dos sistemas políticos no interior da história da teoria da democracia.

Para Rosanvallon, a desconfiança tomou dois caminhos na história, o liberal e o democrático. É o projeto de construção de um “bom governo” baseado na confiança para proteger o indivíduo das invasões da autoridade pública, como faz Benjamin Constant, onde a memória do Ancien Régime é decisiva “Benjamin Constant chega a dizer que a liberdade pressupõe que a opinião é sistematicamente oposta aos agentes do governo; ele até fala de uma “vigilância

do ódio" necessária. " Há assim duas formas da desconfiança, uma da rejeição dos regimes arbitrários, e outra, "moderna", da observação dos erros dos novos regimes "A desconfiança é, nesse caso, a suspeita do poder popular, medo de erros do governo, o que leva a relutância em introduzir o sufrágio universal. "

Rosanvallon assinala que há outra abordagem democrática da desconfiança porque o seu objetivo é assegurar que o poder eleito permaneça fiel aos seus compromissos e que os meios para manter a exigência inicial de um serviço do bem comum seja oferecido aos cidadãos. Esse é o tipo de desconfiança que nos interessa: *envolve poderes de supervisão, formas de prevenção e testes de um julgamento*. Estes contra poderes atuam a sombra da democracia eleitoral-representativa e são denominados por Rosanvallon de *contra democracia* "Essa contra democracia não é o oposto da democracia; é antes a forma de democracia que se opõe ao outro, a democracia dos poderes indiretos dispersos no corpo social, é a democracia da desconfiança organizada em face da democracia da legitimidade. A contra democracia é um sistema com instituições democráticas legais que tem como objetivo prolongar e estender os efeitos; constitui o contrapeso da democracia e deve ser entendido e analisado como uma verdadeira forma política. "

Rosanvallon explica o nascimento da sociedade de desconfiança a partir do estudo de Ulrich Beck *The Risk Society*. O otimismo com a técnica existente até a década de 60 foi rompido com a era das catástrofes e incertezas, devido a ação de indústrias e tecnologias que oferecem mais risco do que progresso: " o problema é que os cidadãos ainda estão condenados a confiar nos cientistas: eles não têm, de fato, elementos autônomos de apreciação sobre os assuntos em questão. O papel dos cientistas é, portanto, considerado inevitável e problemático ao mesmo tempo. A única estratégia que os cidadãos podem adotar é forçá-los a se explicar e a prestar contas. É tentar estabelecer positivamente a desconfiança, como uma espécie de salvaguarda, de restrição que protege os interesses sociais. " O paradoxo, segundo Rosanvallon, é que o cidadão, quando quer resolver problemas criados pelos cientistas, está de novo em suas mãos, não tem alternativa, a não ser a de multiplicar seus dispositivos de controle.

Para Rosanvallon a desconfiança atinge a ordem macroeconômica porque já não é mais possível formular hipóteses para o futuro “As grandes instituições responsáveis por essa tarefa deixaram de oferecer projeções confiáveis de médio ou longo prazo“. O mundo econômico torna-se menos previsível, o que aumenta a desconfiança. É uma sociedade do afastamento (Michel Walzer) “as pessoas não confiam umas nas outras porque não se conhecem muito bem“. E Rosanvallon cita o Brasil como exemplo de país que quebra todos os registros de confiança. A conclusão: a sociedade da desconfiança é o pano de fundo sobre o qual a democracia deve ser pensada, pensada como contra democracia.

A contra democracia envolve a definição dos poderes de supervisão dos cidadãos. Rosanvallon lembra que a ideia de soberania do povo é expresso de duas maneiras, como direito do sufrágio para nomear líderes, a qual se segue o desejo de um controle mais permanente. Quer dizer, a ligação eleitoral do cidadão com seus representantes nasce vista como insuficiente para estes cumprirem seus compromissos. Passou-se de uma concepção de representação utópica da vida do representado no representante, a prática de protestos e pressões permanentes de forma difusa e externa “A busca de um "contra poder", estabilizador e corretor ao mesmo tempo, sustentou continuamente a vida das democracias. A experiência revolucionária francesa testemunhou brilhantemente a centralidade dessa dualidade. Já em 1789, uma palavra foi usada para designar essa forma complementar de soberania que se queria implementar para realizar plenamente o ideal de um governo da vontade geral: o da vigilância. A vigilância dos supervisores perpetuamente ativos tem sido celebrada como o grande remédio para as disfunções institucionais, particularmente para remediar o que pode ser chamado de entropia representativa (isto é, degradação) da relação entre representantes eleitos e eleitores”.

Mesmo quando na França, diz Rosanvallon, o Terror aboliu o uso do termo vigilância, ainda assim a sociedade buscou exercer formas de inspeção e controle. Quer dizer, ao longo do tempo, a economia institucional das democracias representativas não evoluiu em termos de concepção de representação, do exercício da responsabilidade, do papel delegado nas eleições, mas sim em termos de vigilância. Ela tem, segundo Rosanvallon, três

modalidades: a vigilância, a denúncia e a reputação “Cada um contribui para a incorporação da legitimidade eleitoral na forma mais ampla de legitimidade social que constitui o capital de reputação de uma pessoa ou de um regime” diz. Porquê reputação importa? Porque é um tipo de "instituição invisível" estruturante da confiança. Para Rosanvallon, a democracia de vigilância está em pleno funcionamento nos tempos atuais.

No contra democracia, continua o autor, o desafio é multiplicar os poderes de sanção e impedimento que desde *O Espírito das Leis* de Montesquieu, são definidos pelo bom uso da faculdade de agir e prevenir. A medida que os cidadãos observam os limites dos mandatos democráticos, os cidadãos tendem a aumentar suas sanções ao poder, espécie de "soberania social negativa", expresso, por exemplo, na pressão que leva a retirada de um projeto de lei “Na rua, no protesto da mídia ou na expressão simbólica, não é apenas uma questão de aritmética. A experiência prova que é muito mais fácil para um político perder votos por declarações desajeitadas do que ganhar com posições originais ou corajosas. A soberania do povo efetivamente se manifesta assim mais e mais como um poder de recusa, seja na expressão eleitoral periódica ou nas reações permanentes às decisões dos governantes.” É o que Rosanvallon denomina de **democracia de rejeição**, que se sobrepõe a ideia de democracia propriamente dita, a soberania de um povo se impõe através do veto e não pela autorização. Quer dizer, os regimes políticos são menos caracterizados pela sua arquitetura institucional, se são um sistema presidencial ou parlamentar, bipartidário ou multipartidário, etc. e mais pelas condições de possibilidade de bloqueio provenientes dos diferentes atores.

Rosanvallon aponta finalmente que a contra democracia é constituída em terceiro lugar pelo aumento do poder do povo-juiz, a chamada judicialização *da política*, como se os cidadãos esperassem por fazer um julgamento, resultado do declínio da capacidade de resposta do governo as demandas sociais. A obrigação de os governos prestarem contas é o princípio da responsabilização, “passamos de democracias de confronto para democracias de imputação “, eleva-se a figura do juiz na ordem política, diz Rosanvallon.

Rosanvallon cria figuras para descrever as novas relações da democracia: povo-eleitor do contrato social, supervisor do povo, veto-povo, juiz-povo

correspondem a funções que cada vez mais têm sido sobrepostas resultando em modos de exercício indireto da soberania, em formas não organizadas por constituições. Rosanvallon deseja que a democracia representativa eleitoral e a contra democracia devam ser apreendidas em conjunto em sua complexidade. Isso é consequência do que Rousseau queria em seu *Contrato social*, que "complica" a definição de cidadania. " Com o simples direito de voto, ele propôs acrescentar os direitos de opinar, propor, dividir, discutir", relembra ou, aquilo que Albert Hirschman sugeria, a de enriquecer o vocabulário da ação coletiva, "distinguindo as expressões de voz, saída e lealdade (que podem ser traduzidas por protesto ou discurso crítico, deserção e indiferença).

Rosanvallon aponta a importância de novos instrumentos de ação política, levantamento de indicadores de "participação em greves ou manifestações, a assinatura de petições, a expressão de formas coletivas de solidariedade": é uma mudança e não declínio da cidadania, é a diversificação de seus repertórios e diversificação de alvos. Quer dizer, Rosanvallon defende a ideia de que, enquanto as principais instituições de representação e negociação diminuem, organizações diversas se multiplicavam dando aos cidadãos outras formas de expressar suas queixas. Se votar é certamente a expressão mais visível e institucional da cidadania, é complexa porque combina três dimensões da interação entre as pessoas na esfera política: *expressão*, *envolvimento*, *intervenção*. **Expressão** é tomar a palavra para julgar governantes e ações, *envolvimento* é a forma que tomam as reuniões das pessoas, a **intervenção** são as formas de ação coletiva. A votação vem para se sobrepor a estas formas de atividade política democrática, como forma incontestável. Para Rosanvallon, "enquanto a democracia eleitoral tem inegavelmente erodido, as democracias de expressão, envolvimento e intervenção tem se afirmado. É, portanto, um mito falar de cidadão passivo". Rosanvallon fala que novas noções "movimento de esquerda", "política não governamental", "política dos governados", noções de anti-poder ou de contra poder e assinala que estudos de Michel Foucault sobre governamentalidade colaboraram para isso" O conceito de contra democracia também deve ser entendido nessa perspectiva. Tanto pode dar uma linguagem quanto para uma coerência intelectual a esses diferentes universos, propondo uma estrutura sistemática para a descrição dessas múltiplas transformações da

democracia contemporânea; ele as integra ordenando-as em uma teoria racional da democracia. ”

RESUMO

- A consolidação da democracia se faz com contra democracia
- Contra democracia: instituição de contra poderes que permitem ao cidadão supervisão, prevenção e julgamento dos males da democracia
- Contra democracia: possibilidade de existência dos poderes indiretos dispersos no corpo social
- Origem do contra democracia: insuficiência do sufrágio como forma de controle do cidadão sobre o político
- Principal objetivo do contra democracia: exercer vigilância sobre o poder político
- Vigilância: espécie de soberania social negativa. Democracia de negação
- Novas figuras da cidadania: povo-juiz, povo-supervisor diversificam instrumentos de ação política
- As três formas do cidadão na esfera pública: expressão, envolvimento e intervenção

3. A metamorfose de legitimidade (A democracia no século XXI)

É essencial para Rosanvallon a discussão da noção de legitimidade na política para a história da democracia. Ninguém contesta a ideia de que o povo é a única fonte de poder, mas o problema da assimilação prática da vontade geral à expressão majoritária nunca é discutido. A diferença do passado é que no velho mundo, as minorias ditavam sua lei; agora, ser da grande maioria “era então suficiente para dar substância à afirmação dos direitos”, diz Rosanvallon.

O autor de *Contra democracia* diz que a passagem da celebração da vontade do Povo ou da Nação para a regra da maioria ocorre com o estabelecimento do dispositivo da eleição “A eleição democrática mistura um princípio de justificação e uma técnica de tomada de decisão”, diz, o que traduzindo, significa que os dois elementos não são da mesma natureza. A justificação do poder através do

resultado da urna se refere à vontade geral do povo, perspectiva sociológica reforçada pelo imperativo de igualdade e de respeito aos direitos. Aqui o horizonte da unanimidade é o sustentáculo da ideia democrática, ideia de generalidade social, mas isso oculta a contradição de que o que está se fazendo é que o maior número valha pelo todo "a mistura que se faz é a identificação da natureza de um regime às suas condições de estabelecimento.

A parte válida para o momento eleitoral e o todo válido para a duração do mandato: estes foram os dois pressupostos sobre os quais se baseou a legitimidade de um regime democrático" diz Rosanvallon. Essa dupla fundação tornou-se insuportável e o desencanto político na era das massas emerge deixando as palavras do povo e da nação de alimentar as expectativas eleitorais, afundando a imaginação na agitação partidária e no clientelismo político. Quer dizer, para Rosanvallon, é o sistema partidário e não o povo que assume o centro da vida política e por esta razão o desencanto político, fim da imaginação política, parlamento perde sua centralidade e muda de natureza, deixa de ser um fórum da razão pública para ser escravizado a interesses particulares, deixa de ser "aquela festa calorosa da cidadania que atraía o primeiro horizonte do sufrágio universal. " Curiosamente diz Rosanvallon, como hoje, durante os anos 1890-1920, se acumularam livros que investigavam a "crise da democracia" "a ideia de que o funcionamento do sistema eleitoral majoritário levou à expressão do interesse social perdeu, assim, toda a credibilidade". É o nascimento do mundo eleitoral-parlamentar governado por lógicas de particularidade e não generalidade cujo efeito é que deixamos de acreditar nas virtudes do sistema eleitoral.

O caminho é procurar o retorno do ideal democrático, o mesmo que também erigiu o projeto totalitário "como uma figura desejável do bem público". Rosanvallon assinala que discretamente forma-se um poder administrativo que modifica os regimes democráticos, a construção de um estado mais forte e organizado, a chamada "máquina burocrática" que "pode constituir em si uma força identificada com a realização do interesse geral". O nascimento do serviço público, da administração racional, atende a formas de pensar esse objetivo: quando o corporativismo nasce com servidores públicos se identificando com sua missão, atualiza os ideais da gestão racional positiva de Comte nos ideais

do governo racional. O que isso quer dizer? Que a máquina burocrática sabe que o bem público deve ficar longe das paixões partidárias, que o que serviu para as bases do regime democrático não foi somente o sufrágio universal, mas também a administração pública, que deixa de ser o cinturão que no passado transmitia poder político para adquirir autonomia baseada na competência. Para Rosanvallon, isso está na base das formas de conceber a legitimidade: “a legitimidade derivada do reconhecimento social de um poder e a legitimidade como uma adaptação a normas ou valores. Estas duas formas de interseção de legitimidade, processuais e materiais, deram a partir da virada do século XX algum fundamento para regimes democráticos nos anos 80. ” Quer dizer, a legitimação da urna recua, relativizada a função da eleição, algo impensável na era clássica do sistema representativo, onde era impossível questionar um mandato. Agora pode. Isso significa que a eleição tem uma função menor: só é válida como um modo de designação dos governantes “Não implica mais uma legitimação a priori das políticas que serão perseguidas posteriormente”, diz

Rosanvallon afirma que houve uma mudança também na forma como as "pessoas" são vistas, não mais como uma massa homogênea, mas sim como uma sucessão de histórias singulares, daí por que as sociedades contemporâneas se compreendem cada vez mais a partir da noção de minoria. “A minoria não é mais a "parte pequena" (ter que se curvar diante de uma "grande parte"): ela se tornou uma das muitas expressões difratadas da totalidade social. A sociedade agora se manifesta como uma vasta variação das condições das minorias. ”

Mas as transformações contemporâneas não se deram apenas nos sentidos da representação, diz Rosanvallon. O poder administrativo foi deslegitimado com a ascensão da retórica neoliberal, enfraquecendo o estado e introduzindo o mercado como novo condutor do bem-estar coletivo. A nova gestão pública reorganizou o serviço público, desvalorizando a figura clássica do “funcionário como agente do interesse geral”, ascendendo em seu lugar a tecnocracia adornada com as virtudes da racionalidade, despojando servidores públicos dos elementos morais e profissionais que anteriormente lhe permitiam prevalecer. O enfraquecimento da legitimidade dos servidores públicos é a contra face do recuo da esfera eleitoral-representativa “A principal característica da virada dos

anos 80 é uma reformulação latente dos termos em que o imperativo democrático de expressar a generalidade social é apreendido “ diz Rosanvallon, que detecta o surgimento de três formas indiretas de construir um poder de generalidade social:

“- A realização da generalidade pelo desprendimento de particularidades, ninguém pode se apropriar delas, variável estrutural que a suporta (sendo independente) e variável de comportamento que mantém a distância ou o equilíbrio, colocando instituições na posição de autoridades de supervisão ou de regulação que se distinguem do poder eleito;

- A realização da generalidade através de um trabalho de pluralização de expressões de soberania social. Complica-se os temas e formas de democracia, criam-se instrumentos de correção do incumprimento da lei resultante da assimilação de uma maioria eleitoral para corpos sociais diversos, o que inclui a ação de tribunais que defendem o que se poderia chamar de povo como princípio.

- A realização da generalidade levando em consideração a multiplicidade de situações e reconhecimento de todas as singularidades sociais. Ela procede de uma imersão radical no mundo da peculiaridade, marcada pela preocupação com as necessidades de indivíduos concretos. Essa ação do poder não esquece ninguém, está interessado nos problemas de todos, ligado a uma arte de governo que está em desacordo com a visão monocrática. Ao contrário da abordagem da constituição do social por um princípio de igualdade jurídica, colocando à distância todas as peculiaridades, a generalidade é definida neste caso por um projeto de levar em conta todas as situações existentes, pela extensão de um campo de atenção.

Essas diferentes formas de considerar a realização da generalidade têm em comum o fato de repousarem em uma abordagem da totalidade social que não é entendida no modo de uma agregação aritmética (com o ideal subjacente de unanimidade), nem numa perspectiva monista (com referência a um interesse social concebido como a propriedade estável de um corpo ou estrutura coletiva). Eles se referem à valorização de uma visão muito mais "dinâmica" das operações de generalização, correspondem de certa forma às três estratégias

possíveis para explorar um universo em sua totalidade: considerá-lo com o telescópio, multiplicar as seções ao microscópio, para percorrê-lo por diferentes rotas. Nesta perspectiva, a generalidade constitui um horizonte regulador, não é mais uma ordem substancial, como sugerem as noções de vontade geral e interesse geral”.

Rosanvallon afirma que três novas figuras de legitimidade começam a emergir: a legitimidade da imparcialidade (ligada à implementação da generalidade negativa); a legitimidade da reflexividade (associada à generalidade da multiplicação); a legitimidade da proximidade (seguindo a generalidade da atenção à particularidade). A verdadeira revolução da legitimidade faz parte de um movimento global de descentralização das democracias. Com base nisso, de fato, a perda de centralidade da expressão eleitoral já observada na ordem da atividade cívica é prolongada. Em *A Contra democracia*, Rosanvallon descreve como novas formas de investimento surgiram das figuras políticas, os números do supervisor do povo, o veto-povo e o juiz-povo, atraindo sua nova vitalidade em contraponto ao de um eleitor. A vida das democracias está, portanto, se expandindo cada vez mais além da esfera eleitoral-representativa. Existem agora muitas outras maneiras, tanto concorrentes quanto complementares à consagração através da urna, de serem reconhecidas como democraticamente legítimas.

Rosanvallon lembra que a maneira como são apreciadas as ações dos governantes são levadas em conta no julgamento dos cidadãos (e sugere que os organismos não eleitos podem ser reconhecidos como legítimos desde que contribuam para a produção do que é reconhecido como socialmente útil). A redefinição da legitimidade produz uma desconstrução e uma redistribuição da ideia de generalidade social, levando a uma pluralização radical de suas formas. Há, de fato, muitas maneiras de agir ou falar "em nome da sociedade" e de ser representativo. As três novas legitimidades contribuem para esse sistema, complementando-se mutuamente para definir de maneira mais exigente o ideal democrático.

RESUMO

- A legitimidade como fonte de poder: como é assimilada a vontade da maioria?
- Dispositivo da eleição: une o princípio de justificação com uma técnica de tomada de decisão, o que vale para um momento passa a valer para todo um período
- Produz desencanto: o sistema parlamentar de partidos termina por assumir o lugar do todo, fim da imaginação política, crise da democracia.
- Recuperar a democracia pela máquina burocrática que assume a defesa da sociedade
- Emergência do neoliberalismo deslegitima aparelho burocrático visando a introdução do mercado como condutor do bem-estar coletivo

4. O poder executivo nas democracias

Ao longo de diversos cursos ministrados, Rosanvallón estudou a democracia e seus ingredientes. Um dos temas que incomodava o autor é as razões do Poder Executivo ter permanecido afastado das reflexões sobre democracia e localizou o problema no elogio que o debate faz sobre a realidade parlamentar. Isso ocorreu principalmente a partir da Primeira Guerra Mundial, onde a primeira forma história do regime democrático é a do modelo parlamentar-representativo, que não desapareceu, segundo Rosanvallón, ao contrário, conviveu com o modelo de governo presidencial "essa presidencialização da democracia tem, na maioria dos casos, sido reduzida ao fenômeno da personalização do poder que a acompanhava. ", diz Rosanvallón em sua apresentação de curso. A presidencialização é a ascensão do executivo como poder, e este singular é importante.

Rosanvallón afirma que as características do modelo parlamentar-representativo teorizadas pelos fundadores das primeiras constituições americanas e francesas foi construído baseado em dois princípios: o Estado de Direito e o advento de um povo-legislador. Rosanvallón identifica da regra da lei baseado num princípio não dominador, o da impessoalidade "A impessoalidade foi de fato considerada a primeira das qualidades políticas, indissociavelmente

liberais e democráticas. Aos olhos do Iluminismo, um poder só poderia ser bom se fosse a expressão dele”, diz.

A lei passa a ser considerada “a expressão da vontade geral ” nos termos das leis de direitos de 1789, que dizem textualmente que “todos os cidadãos têm o direito de competir pessoalmente, ou por seus representantes para seu treinamento ” (artigo 6). Por isto, remonta Rosanvallon, o poder central foi sempre o poder legislativo, enquanto que o poder executivo foi considerado como secundário, limitando esta esfera de ação pública resultando que a determinação das condições do poder legislativo será a questão determinante para o estabelecimento da democracia no século XVIII e XIX.

A reflexão sobre a construção da democracia leva em consideração as condições de escolhas dos cidadãos e na França de 1848, a presença de jornalistas e advogados em comitês eleitorais, o limite e pluralidade da duração mandatos, a dependência do eleito dos eleitores. A reflexão histórica serve, para Rosanvallon, para procurar maneiras de melhorar o caráter representativo dos eleitos.

A perspectiva para a análise do poder executivo, diz Rosanvallon, está nas condições de seu controle pela sociedade, e, portanto, é o relacionamento com o governador, presidente ou prefeito que é a questão fundamental. Para o autor “ O objetivo não pode ser o único de um governo autônomo impossível (enquanto o ideal do legislador faz sentido), a noção de governo pressupõe uma distinção funcional entre os governados e os governantes. Mas manter essa relação em seu caráter funcional estrito, definindo as condições de uma ação governamental que a torne apropriada pelos cidadãos e não a torne uma instância de dominação e expressão de um poder oligárquico isolado” se não o fizer, diz Rosanvallon, o que se tem é uma democracia autoritária onde as autoridades tem uma autoridade para governar, mas o problema, diz o autor. Rosanvallon procura as características da democracia num mundo que impera o imperativo da transparência em muitos setores da sociedade civil, quer dizer, o autor está preocupado com o ordenamento de aspirações e reflexões sobre os governantes, as regras de sua organização em relação aos cidadãos, que levam, segundo ele, ao “bom governo”.

Rosanvallon aponta que os princípios que regem as relações entre governantes e governados são 3: legibilidade, responsabilidade e reatividade. Isso permite que os cidadãos possam exercer funções monopolizadas pelo poder parlamentar, pois o poder não é uma coisa, é uma relação: ” são as características dessa relação que definem a diferença entre uma situação de dominação e aquela de uma simples distinção funcional, dentro do qual uma forma de propriedade cidadã do poder pode se desenvolver. “ Rosanvallon busca explorar assim a questão do que é ser um "bom governante", não como somatório de todos os talentos e virtudes, mas para o estabelecimento de confiança, de uma democracia de confiança. “A confiança se tornou uma daquelas instituições invisíveis que tomou importância decisiva para a despersonalização da democracia” diz. Para o autor, colaborou que colaborou para a perda de confiança na política a construção de partidos como máquinas de capacitação de profissionais, que terminaram por formar um novo tipo de oligarquia. Nessa evolução, os anos 90 veem desaparecer aspectos importantes da função representativa, a sociedade torna-se opaca “e, portanto, menos facilmente representável do que uma sociedade de classes com contornos e características bem definidas. ” Para Rosanvallon, entramos em uma nova era, mais individualista, complexa, heterogênea, onde as pessoas agem por sua história e condição social. “Nesse sentido, representar a sociedade implica descrever as novas condições sociais, na época do capitalismo(...) Os partidos antigos tinham uma capacidade representativa que poderia ser chamada de "identidade", devido à sua natureza de massa. Eles não têm hoje. ”

A representação da sociedade mudou em natureza no novo mundo social. Os parlamentos não se veem mais como intermediários entre a sociedade e as instituições políticas e nem sua força motriz é a produção de leis, que cada vez mais, o Executivo passou a assumir. “A principal função dos parlamentos, em sua expressão majoritária, é agora apoiar os governos, ou criticá-los enquanto esperam ocupar seu lugar, grupos de oposição formados dentro deles. As partes tornaram-se, conseqüentemente, elementos auxiliares da atividade do poder executivo; são eles que lutam para tentar garantir a continuidade da legitimação do poder, ou se preparar para a derrota na próxima eleição, demonstrando a natureza prejudicial de suas políticas. Eles representam mais a razão dos

governos com os cidadãos do que eles representam os últimos com os primeiros. Os deputados, se ainda forem eleitos em seus distritos eleitorais, são apenas marginalmente os representantes destes, são de fato delegados a tarefas puramente políticas. Eles agora constituem a fração dominada, porque relativamente passiva, da oligarquia governante. ”

A mudança em direção ao executivo explica porque os políticos estão se profissionalizando, se afastando da sociedade e vivendo a realidade do interior do mundo político, “da vida das correntes, dos congressos, das batalhas de aparatos que governam o mundo, as relações de força de quem vontade de os governantes. ” A atividade partidária se reduz a gestão das eleições, a preparação para elas, ter poder torna-se o ativo político principal, são autorizativos para a democracia, já que abandonaram a função representativa.

Rosanvallon, por esta razão, escreveu em sua obra “O parlamento invisível” sobre a necessidade de criar instrumentos de análise e ação para revitalizar a representação, não é possível abandonar a ideia de “representar os problemas da sociedade”. A submissão parlamentar fica evidente, diz o autor, quando vê-se participando de coalizações dominante, expectativa de reconquista do poder e por isso valoriza iniciativa de partidos como o Podemos, na Espanha, movimentos de protesto de um novo estilo como os Indignados do início dos 2010 ou Ocupar a Rua, de 2011, "aspirando a expressar 99% de uma população que já não tolera ganância e o corrupção do 1 % “ diz Rosanvallon. Para o autor, o que deve ser valorizado é a emergência destas iniciativas em diversos revitalizando o conceito de fórum democrático, envolvendo a mídia, cujo objetivo não é tomar o poder mas monitoriza-lo, manter as instituições sobre controle “para forçar os governantes a prestar contas, para falar a verdade, para ouvir os cidadãos e se comportar de forma responsável, para levantar o véu atrás do eles frequentemente se esconde para abertura um novo campo para o envolvimento cidadão. ”

Sua proposta não é apenas estudar o papel das organizações políticas, mas também encontrar modos de restaura-los como parte de uma teoria da democracia. Estuda assim as mudanças da democracia contemporânea em suas quatro dimensões: atividade cidadã, regime político, forma de sociedade e governo. Como atividade cidadã, aponta a importância do sufrágio universal

definido por um direito político e um poder, o poder de ser um cidadão ativo, e um status social, o de ser reconhecido como um indivíduo autônomo que participa em igualdade de condições na comunidade. “Juntamente com a esfera eleitoral-representativa original, desenvolveu-se gradualmente uma série de práticas de vigilância, prevenção e julgamento, através das quais a sociedade exerce poderes de correção e pressão. “ Quer dizer, para Rosanvallon, é muito importante a ideia de dar voz e rosto a figura de um povo vigilante, com capacidade de veto, uma espécie de juiz popular. Mas o autor alerta que tais práticas são diferentes da instituição dos mecanismos de eleição, já que os primeiros garantem a construção da confiança, enquanto os segundos, são o exercício da desconfiança, o que o autor desenvolveu no livro *Contra democracia*.

Rosanvallon define o sistema democrático por instituições e procedimentos de expressão da vontade geral, Democracia-sistema é definida pelas suas instituições e procedimentos secundários para moldar a vontade geral. Ele é construído em torno de dois componentes principais. Aquela das instituições de representação, de um lado e instituições de soberania, por outro, o que expos em sua obra *Democracia Inacabada*. Diz Rosanvallon: ” espera-se que ele cumpra o triplo imperativo de distanciamento das posições partidárias e interesses particulares (legitimidade da imparcialidade), levando em conta as expressões plurais do bem comum (legitimidade da reflexividade), e o reconhecimento de todas as singularidades (legitimidade da proximidade). “

Rosanvallon também se tem dedicado a analisar a crise de representação, como fez na obra *Parlamento dos Invisíveis*. Desde *The Rite of the Citizen* compreende a revolução política moderna como uma revolução da igualdade, forma de substituir uma sociedade da corte, do gosto. Vê a igualdade como a qualidade genuinamente democrática, mostrando que o seu fracasso está na origem da explosão de desigualdades que são destrutivas da democracia como forma de sociedade, abrindo possibilidades para regressão social do ideal democrático. Sem igualdade, sem democracia.

RESUMO:

- Na democracia do século XXI o poder executivo suplanta o legislativo
- Problema: estudos políticos dão pouca atenção ao poder executivo. O privilégio de investigação é da realidade parlamentar
- Presidencialização da democracia: a ascensão do executivo como fonte de poder
- Características do modo parlamentar representativo:
 - Estado de Direito
 - Povo Legislador
 - Princípio da impessoalidade
 - Lei como expressão da vontade geral
 - Poder executivo como órgão secundário

Bom Governo deve recuperar a confiança na política: legibilidade, responsabilidade e reatividade.

QUESTÕES:

(TJ/PA, 2013, QUESTÃO 44) Iamamoto (2007) faz uma revisão de parte da literatura sobre a questão social, desde a chamada escola francesa até o debate profissional do Serviço Social brasileiro. Acerca disso, identifique as afirmativas a seguir como verdadeiras (V) ou falsas (F):

() Pierre Rosanvallon sustenta que a questão social permanece latente, diante da ausência de uma “correlação de forças estratégicas”.

() Robert Castel entende a questão social como uma “aporía fundamental” que ameaça a coesão ou integração social, cuja origem está na desagregação da sociedade salarial.

() Potyara Pereira alega a emergência de uma “nova questão social” decorrente da crise do “Estado-providência”.

() José Paulo Netto relaciona a questão social diretamente à acumulação capitalista e à luta de classes.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

a) F - V - V - F.

b) V - F - F - V.

► c) F - V - F - V.

d) V - F - V - F.

(IFB/FUNVERSA, 2012, QUESTÃO 1) O serviço social brasileiro, desde o último quarto do século XX, sinalizava a questão social como objeto da profissão. Os debates desta categoria fundamentaram-se, em larga medida, na produção teórica dos franceses Pierre Rosanvallon e Robert Castel. A esse respeito, assinale a alternativa correta.

a) A questão social, para Castel, pode ser definida como uma aporia fundamental em relação à qual uma sociedade experimenta o enigma de sua coesão e tenta conjurar o risco de sua fratura.

b) O conceito de nova questão social cunhado por Castel indica o surgimento de problemas relacionados ao conflito entre capital e trabalho.

c) Rosanvallon desenvolve o seu conceito de questão social a partir da crítica das visões funcionalistas de matriz durkheimiana que concebem esse fenômeno como resultado da luta de classes.

d) A literatura contemporânea do serviço social qualifica a categoria questão social como sinônimo de exclusão social.

e) Heller e Féhér, ao analisarem a questão social, indicam a possibilidade da sua resolução.

(TJPE/PE,2009) reconheça as afirmativas abaixo como verdadeiras (V) ou falsas (F) relativas à questão social e marque a alternativa correta correspondente a sequência.

() A "antiga" questão social é tida como produto de período histórico da modernidade da sociedade industrial clássica enquanto que a "nova" questão social está ligada à sociedade pós-industrial e pós-moderna.

() Pierre Rosanvallon (1998) identifica a nova "questão social" com o desemprego estrutural e as novas manifestações da pobreza e miséria, sem explicitar suas raízes históricas no conflito capital x trabalho.

() A nova questão social está inserida numa nova lógica capitalista de vulnerabilidade social das massas e de exclusão dos seres humanos dos processos de trabalho

() A desigualdade social e econômica no Brasil pode ser considerada de nível baixo, não existindo a problemática da questão social nos dias atuais.

A) V, F, V, V.

B) V, V, V, F.

C) F, V, F, F.

D) F, F, F, V.

E) F, V, F, V.

(TER/AL, 2017) O século XX escolheu a democracia como forma predominante de governo e, para legitimá-la, as eleições pelo voto da maioria. O momento eleitoral passou a mobilizar as energias da política e trazer ao debate as questões públicas relevantes. No entanto, demagogias de campanha e mandatos mal cumpridos foram aos poucos empanando a festa de cidadania do sufrágio universal.

Pierre Rosanvallon propõe como um dos critérios para avaliar o grau de legitimidade de uma instituição a sua capacidade de encarnar valores e princípios que sejam percebidos pela sociedade como tais. Assim como a confiança entre pessoas, legitimidade é uma entidade invisível. Mas ela contribui para a formação da própria essência da democracia, levando à adesão dos cidadãos. Afinal, a democracia repousa sobre a ficção de transformar a maioria em unanimidade, gerando uma legitimidade sempre imperfeita. O consentimento de todos seria a única garantia indiscutível do respeito a cada um.

Mas a unanimidade dos votos é irrealizável. Por isso a regra majoritária foi introduzida como uma prática necessária. Na democracia os conflitos são inevitáveis, porque governar é cada vez mais administrar os desejos das várias minorias em busca de consensos que formem maiorias sempre provisórias. Há, assim, uma contradição inevitável entre a legitimidade dos conflitos e a necessidade de buscar consensos. Fazer política na democracia implica escolher um campo, tomar partido. Quanto mais marcadas por divisões sociais e por incertezas, mais as sociedades produzem conflitos e necessitam de lideranças que busquem consensos. Como o papel do Poder Executivo é agir com prontidão, não lhe é possível gerir a democracia sem praticar arbitragens e fazer escolhas. Mas também não há democracia sem o Poder Judiciário, encarregado de nos lembrar e impor um sistema legal que deve expressar o interesse geral momentâneo; igualmente ela não existe sem as burocracias públicas encarregadas de fazer com que as rotinas administrativas essenciais à vida em comum sejam realizadas com certa eficiência e autonomia. (Gilberto Dupas. O Estado de S. Paulo, A2, 17 de janeiro de 2009, com adaptações)

1 - Questão 38784 De acordo com o texto,

a) a autonomia de uma rotina administrativa é um dos fundamentos essenciais à existência de uma verdadeira democracia.

b) o regime democrático, apesar de sua validade no momento eleitoral, torna-se ilegítimo por não conseguir o pleno consenso da maioria da população.

c) a democracia constitui a legítima forma de governo, apesar do abuso demagógico de alguns políticos.

d) os mandatos conferidos pelo sufrágio universal devem ser integralmente cumpridos pelos políticos eleitos.

e) a legitimidade de uma democracia só estará garantida se houver um consenso entre a maioria das pessoas.

Comentar questão

2 - Questão 38785. Segundo o autor,

I. basear-se em opiniões alheias para a tomada de certas decisões pode originar conflitos que ponham em risco a ordem pública essencial em regimes democráticos.

II. respeitar a vontade da maioria é uma prática democrática que se impôs pela impossibilidade de haver unanimidade no trato de questões de ordem pública.

III. estabelecer um consenso entre as mais variadas opiniões existentes em grupos minoritários coloca em risco a legitimidade de uma democracia.

Está correto o que se afirma em

- a) I, somente.
- b) II, somente.
- c) I e III, somente.
- d) II e III, somente.
- e) I, II e III.

Comentar questão

0 comentários

3 - Questão 38786.

O desenvolvimento do texto apresenta-se como

a) defesa apaixonada dos regimes democráticos estabelecidos no século XX, essenciais para garantir o consenso absoluto entre a maioria dos cidadãos.

b) descrença, apoiada na opinião de outro especialista, na legitimidade de regimes democráticos que não conseguem estabelecer consensos entre os cidadãos.

c) discussão aprofundada sobre a ineficácia de certos regimes democráticos, apesar da legitimidade conferida pelos votos da maioria.

d) crítica velada à superposição de atribuições aos Poderes, especialmente quanto ao Executivo e ao Judiciário, nos regimes democráticos do século XX.

e) explanação lógica e coerente, a partir de conceitos sobre o assunto, de elementos inerentes à prática dos Poderes num regime democrático.

Comentar questão

4 - Questão 38787. Identifica-se relação de causa e consequência, respectivamente, no segmento:

a) O século XX escolheu a democracia como forma predominante de governo e, para legitimá-la, as eleições pelo voto da maioria.

b) Assim como a confiança entre pessoas, legitimidade é uma entidade invisível. Mas ela contribui para a formação da própria essência da democracia.

c) Quanto mais marcadas por divisões sociais e por incertezas, mais as sociedades produzem conflitos e necessitam de lideranças que busquem consensos.

d) Mas também não há democracia sem o Poder Judiciário, encarregado de nos lembrar e impor um sistema legal.

e) Como o papel do Poder Executivo é agir com prontidão, não lhe é possível gerir a democracia sem praticar arbitragens e fazer escolhas.

BIBLIOGRAFIA

ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político. São Paulo, Alameda, 2010.

_____. Le sacre du citoyen. Histoire du suffrage universel en France. Paris, Gallimard, 1992.

_____. Le peuple introuvable. Histoire de la représentation démocratique en France. Paris : Gallimard, 1998.

- ____. La démocratie inachevée. Histoire de la souveraineté du peuple en France. Paris, Gallimard, 2000.
- ____. O rito do cidadão História do sufrágio universal na França. Paris, Gallimard, 1992. 5. Threshold, 2006.
- ____. História da Representação Democrática na França. Paris, Gallimard, 1998.
- ____. A democracia inacabada. História da soberania do povo na França , Paris, Gallimard, 2000.
- ____. Legitimidade democrática: imparcialidade, reflexividade proximidade , Paris, 2008.
- ____., Boa Governança , Paris, Editions du Seuil, coll. "Os livros do novo mundo", 2015;
- ____. El momento Guizot. El liberalismo doctrinario entre a Restauração e a Revolução de 1848 , trad. de Hernán, Buenos Aires, Biblos, coll.